

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 27 • 2020



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
2020

Estudos Arqueológicos de Oeiras é uma revista de periodicidade anual, publicada em continuidade desde 1991, que privilegia, exceptuando números temáticos de abrangência nacional e internacional, a publicação de estudos de arqueologia da Estremadura em geral e do concelho de Oeiras em particular para além de contributos sobre a História da Arqueologia e de comunicações apresentadas a reuniões científicas organizadas pelo Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras/Câmara Municipal de Oeiras.

Possui um Conselho Assessor do Editor Científico, assim constituído:

- Dr. Luís Raposo (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa)
- Professor Doutor Nuno Bicho (Universidade do Algarve)
- Professor Doutor Alfredo Mederos Martín (Universidade Autónoma de Madrid)
- Professor Doutor Martín Almagro Gorbea (Universidade Complutense de Madrid)
- Professora Doutora Raquel Vilaça (Universidade de Coimbra)
- Professor Doutor Jorge de Oliveira (Universidade de Évora)

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 27 • 2020 ISSN: 0872-6086

EDITOR CIENTÍFICO – João Luís Cardoso
DESENHO E FOTOGRAFIA – Autores ou fontes assinaladas
PRODUÇÃO – Gabinete de Comunicação / CMO
CORRESPONDÊNCIA – Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras
Fábrica da Pólvora de Barcarena
Estrada das Fontainhas
2745-615 BARCARENA

Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos Autores.
É expressamente proibida a reprodução de quaisquer imagens sobre as quais existam direitos de autor sem o prévio consentimento dos signatários dos artigos respectivos.

*Aceita-se permuta
On prie l'échange
Exchange wanted
Tauschverkehr erwünscht*

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E

REVISÃO DE PROVAS – João Luís Cardoso e Autores

PAGINAÇÃO – César Antunes

IMPRESSÃO E ACABAMENTO – Grificamares, Lda. - Amares - Tel. 253 992 735

DEPÓSITO LEGAL: 97312/96

FENÍCIOS E INDÍGENAS NO TERRITÓRIO PORTUGUÊS: O ESTUÁRIO DO TEJO COMO PARADIGMA

PHOENICIANS AND INDIGENOUS PEOPLE IN PORTUGUESE TERRITORY: THE TAGUS ESTUARY AS A PARADIGM

Ana Margarida Arruda*

Abstract

The data which has been retrieved in the past two decades in the Portuguese territory have confirmed the relatively early date of the arrival of Phoenician communities in the western coasts of the Iberian Peninsula. Groups of western Phoenicians, probably originating in the areas of Cádiz and Málaga, settled surely within the late second half of the eighth century b.c.e. in sites located first in the estuary of the Tagus and afterwards in those of the Mondego, Sado, Guadiana and Gilão. In the first space (the Tagus estuary), the density of sites is significant, and every indication suggests those sites functioned as a network following coordination models. Given the fact that the areas in question were occupied by indigenous populations, it seems that the establishment of deals and the undertaking of various types of negotiations between the autochthonous society and the new arrivals will have been indispensable. In the river mouth the Phoenician alphabet and language were used, a situation confirmed by the inscriptions founded in Lisbon and Almaraz. In the medium course of the river, however, a Southwest graffito showed the use of two different systems of writing, even if the archaeological materials, architectural features and construction techniques were the same.

Keywords: Iron Age, Tagus estuary, Phoenician language, Southwest graffito.

1 - INTRODUÇÃO

Na última década, os estudos sobre a Idade do Ferro na Península Ibérica sofreram um desenvolvimento assinalável no que diz respeito a trabalhos no terreno e aos subsequentes de laboratório e que têm dado origem a várias publicações. Esta realidade possibilitou aumentar o conhecimento sobre a presença fenícia no Mediterrâneo Ocidental e no Atlântico, tendo permitido novos enquadramentos culturais e sociais e até étnicos e identitários para essa realidade.

São já bem conhecidos os resultados dos trabalhos arqueológicos levados a efeito em Cádiz, publicados de forma monográfica em 2014, muito especialmente no teatro Cómico (BOTTO, 2014), não sendo de mais lembrar o seu impacto ao nível cronológico, mas também na estafada questão que dominou grande parte do debate científico da última década do século passado neste nosso domínio, ou seja, a localização de Gadir. Hoje não restam muitas dúvidas sobre a implantação da colónia fenícia citada nas fontes clássicas, indepen-

* UNIARQ (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa), Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa.



Fig. 1 – Estela com inscrição em língua e caracteres fenícios, encontrada em Lisboa (armazéns Sommer).
Fotografia de Guilherme Cardoso.

dentemente do papel desempenhado pelo Castillo de Doña Blanca, por um lado, e pelo Cerro del Castillo de Chiclana, por outro, na gestão do espaço colonial que a Baía de Cádiz representou.

Mas também consentiram a discussão acerca dos protagonistas concretos do fenómeno colonial e das suas relações com a(s) sua(s) metrópoles, não só pelos estudos de DNA já levados a efeito (PALOMO & ARROYO 2011; GOMES *et al.*, 2014; CALERO *et al.*, 2015), mas também através da análise da cerâmica, da epigrafia (ZAMORA LOPEZ *et al.*, 2010) e das crétulas (GENER BASALLOTE *et al.*, 2012), e igualmente das relações com os grupos indígenas.

Os dados de Cádiz são apenas ultrapassados em diversidade, quantidade e, atrevo-me a dizer, importância pelos já bem conhecidos e discutidos de Huelva (GONZÁLEZ DE CANALES; SERRANO PICHARDO & LLOMPART GOMÉZ 2004, 2006, 2008), estes infelizmente, e como todos sabemos, des-contextualizados.

De qualquer modo, a sincronia dos materiais de ambos os sítios com os dos estratos de Tiro IV e V, de acordo com a estratigrafia de Bikai (1978), parece inquestionável (NUÑEZ CALVO 2014).

Também em Málaga, quer na área urbana, quer em Rebanadilla, no povoado (ARANCIBIA *et al.*, 2011; SANCHEZ *et al.*, 2011) e na necrópole de Santo Isidro (JUZGADO NAVARRO *et al.*, 2016), tem havido oportunidade de comprovar a antiguidade do processo de colonização fenícia ocidental, já pressentida em Morro de Mezquitilla (SCHUBART 2006, SCHUBART & MAASS-LINDEMANN, 2018) e sobretudo a sua dimensão, em termos de áreas ocupadas, mas também o seu desenvolvimento interno e muito próprio no que diz respeito aos contactos inter-culturais estabelecidos, como a sepultura conhecida como “Tumba del Guerrero” (GARCÍA GONZÁLEZ *et al.*, 2019) deixa transparecer à saciedade. Não menos importantes são os resultados obtidos pela equipa do DAI, dirigida por Dirce Marzoli, em Alcorrín (MARZOLI *et al.*, 2010), sobretudo no que diz respeito ao abandono precoce do sítio ainda no século VII a.n.e., uma situação que pode ser paralelizável à do Castro dos Ratinhos (BERROCAL & SILVA 2010), por exemplo, até mesmo na justificação para esse mesmo abandono.

No Sudeste, a Universidade de Alicante, através de Fernando Prados Martínez e Elena Jiménez, retomou, nos últimos anos, as escavações no Cabezo del Estaño e em La Fonteta. Também aqui o processo de instalação dos grupos fenícios pode ser re-avaliado, tendo em consideração sobretudo os novos dados do primeiro dos sítios, cuja arquitectura, doméstica e defensiva, aponta para um modelo de ocupação eminentemente fenício, ao arrepio do que se considerou até há pouco tempo.

Voltando ao Atlântico e ao Extremo Ocidente, deve começar por se valorizar a necrópole de Ayamonte (MARZOLI & TEYSSANDIER 2018), na foz do Guadiana, da qual se escavaram três sepulturas fenícias.



Fig. 2 – Grafito com caracteres fenícios sobre parede de ânfora, proveniente do Castelo de São Jorge em Lisboa, segundo Arruda, 2013.

No território actualmente português, parece indispensável fazer referência aos dados do baixo Tejo, quer os que resultaram dos trabalhos que decorreram no quadro do Projecto “Fenícios no Vale do Tejo”, quer ainda os que a arqueologia urbana tem proporcionado para Lisboa.

Neste último caso, destaca-se a epigrafia e muito especialmente a lápide funerária descoberta na área ribeirinha, nos antigos armazéns Sommer, incorporada na muralha do Baixo Império (NETO *et al.*, 2016). Lida por José Angel Zamora, foi datada paleograficamente do século VII a.n.e. Os caracteres apresentam-se distribuídos por três linhas e referem um antropónimo indígena, escrito em língua e caracteres fenícios. Esta inscrição, de inegável importância intrínseca, evidencia o conhecimento da língua fenícia no Extremo Ocidente, e o seu uso por comunidades autóctones, permitindo também re-avaliar a outra inscrição já conhecida, o grafito sobre cerâmica encontrado no Castelo de São Jorge, que parece corresponder a um topónimo ou hidrónimo indígena (ARRUDA, 2013; ZAMORA LÓPEZ, 2014). A estas evidências podemos associar um outro grafito fenício, ainda inédito, encontrado em Almaraz, na outra margem da foz do rio, sítio de importância maior, medida pelos materiais já conhecidos (BARROS, CARDOSO & SABROSA, 1993).

À epigrafia soma-se uma quantidade muito expressiva de espólios muito diversificados e em grande parte já conhecidos (AMARO, 1993; ARRUDA, 1999-2000, ARRUDA, FREITAS & VALLEJO SANCHEZ 2000; PIMENTA, CALADO & LEITÃO, 2005; CALADO *et al.*, 2013 a; CALADO *et al.*, 2013 b; FERNANDES *et al.*, 2013; FILIPE, CALADO & LEITÃO, 2014; PIMENTA, CALADO & LEITÃO, 2014; PIMENTA, SILVA & CALADO, 2014; SOUSA, 2014, 2015, 2016^a, 2016B; SOUSA E PINTO 2016; SOUSA, SARRAZOLA & SIMÃO 2016; SOUSA 2017; SOUSA & GUERRA 2017) que incorporam sobretudo cerâmicas, mas também, em Almaraz, vasos de alabastro, pesos de balança, escaravelho, *arybaloi* do Coríntio Médio (CARDOSO, 2004; ALMAGRO GORBEA & TORRES ORTIZ, 2009; ARRUDA, 2019), para além, de uma arquitectura defensiva muito característica, concretamente um fosso de perfil em V (BARROS, 2001). Resta acrescentar que em Lisboa os dados estão em permanente actualização, apesar de não se alterarem os repertórios formais nem os fabricos, como os trabalhos de vários colegas têm vindo a evidenciar, muito especialmente os de Elisa de Sousa, muitas vezes em colaboração. Refira-se, contudo, a extensão desta ocupação em área, em estruturas e em materiais.

Mais a montante do estuário do Tejo, justamente no seu curso médio e superior, o projecto que desenvolvemos entre 2012 e 2015, em colaboração com outros colegas, permitiu a identificação de realidades que já tivemos oportunidade de apresentar e publicar parcialmente e/ou em sínteses recentes.

Ainda assim, parece importante lembrar que a ocupação da 1ª Idade do Ferro no antigo estuário do Tejo se desenvolveu, exclusivamente, ao longo da orla do rio, desprezando-se os territórios do interior, o que contrasta de forma clara com a situação verificada no Bronze Final (ARRUDA, 2017). De facto, a grande maioria dos sítios ocupados no final da Idade do Bronze é abandonada no início da Idade do Ferro, resistindo apenas os que se localizam em área imediatamente anexa ao rio, como são os casos de Lisboa e eventualmente de Almaraz, na foz, de Santarém e Alto do Castelo no troço superior, e do Castro do Amaral no curso médio.

A chegada de grupos fenícios à foz do Tejo implicou, pois, uma alteração significativa no modelo de ocupação do território na área do estuário, que certamente decorreu de uma mudança na estrutura económica social e política.

Esta ocupação das margens, que, em certos troços, corresponde a uma verdadeira rede de povoamento, tem de ser interpretada em função do próprio rio, que une as duas orlas, constituindo com elas um único espaço social. Os sítios estão profundamente relacionados entre si, controlando um território específico.

Criou-se um espaço próprio, um verdadeiro mar fenício, dando a geografia física lugar a uma geografia política, económica e étnica, plena de identidade.

Este sistema não é inédito no território peninsular, concretamente nas áreas de colonização fenícia e em territórios orientalizados. A costa de Málaga e a própria Extremadura constituem-se também como espaços em que os vários sítios funcionaram em rede, construindo identidades próprias e irrepetíveis, situação que podemos intuir igualmente para os Estuários do Sado, do Mondego, do Guadiana e para a Baía de Cádiz.

Naturalmente que entre todos eles existem semelhanças e até, em alguns casos, relações mais ou menos estreitas (por exemplo entre Málaga e a baía de Cádiz), que se podem justificar pela matriz comum que partilham.

Mas o seu próprio desenvolvimento interno, que, na segunda Idade do Ferro, concretamente a partir do século V, deu origem a novas realidades consideravelmente distintas entre si (ao Ibérico no Sudeste, ao Turdetano, na Andaluzia Ocidental e no Algarve, ao pós-orientalizante, na Extremadura e no Alentejo central, e ao mundo atlântico “lusitano”, na costa ocidental), deve ser explicado no quadro da autonomia que estas populações exógenas adquiriram nos espaços que construíram em conjunto com os grupos indígenas que aí já habitavam. Aí desenvolveram as suas actividades produtivas de acordo com as tecnologias que conheciam, mas devidamente adaptadas às condições específicas de cada território em concreto. É por exemplo o caso da produção cerâmica realizada localmente, que, mesmo com morfologias e tratamentos superficiais idênticos, evoluiu do ponto de vista formal autonomamente.

E, por isso mesmo, as dissemelhanças, que são muitas, estão justificadas pela diversidade das situações concretas, especificamente pela variedade, em termos sociais e económicos, dos próprios protagonistas de ambos os grupos, neste caso, muito especialmente dos recém-chegados.

Neste contexto, deve mencionar-se a descoberta, em Porto de Sabugueiro, de um fragmento de cerâmica cinzenta com uma inscrição segmentada, incisa pós-cozedura (RODRIGUES *et al.*, 2019). Os dois signos fazem parte do semi-silabário do Sudoeste, tornando-se evidente a presença de uma das características definidoras por excelência da escrita do Sudoeste, concretamente o carácter redundante da vogal a seguir ao caractere silábico (o primeiro corresponde ao conjunto silábico *ti* (signo 17 de Espanca) e o segundo à vogal *i* (signo 5 do signário de Espanca). Para além do facto da peça, infelizmente truncada, representar, no território actualmente português, a evidência mais a norte deste sistema de escrita, cuja finisterra era, até agora, o estuário do Sado, outras questões podem e devem ainda ser mencionadas, sobretudo porque parece possível admitir que a inscrição, ainda para mais pós-cozedura, e que por isso mesmo deve tratar-se de uma marca de propriedade, se relaciona também com a língua que seria falada e que a escrita reflecte. Esta peça e as inscrições em língua e caracteres fenícios já anteriormente comentadas de Lisboa e de Almaraz colocam inevitavelmente a questão do bilinguismo e, assim, do multiculturalismo da região do vale do Tejo durante da Idade do Ferro. De facto, se admitirmos que uma e outra traduzem entidades étnicas distintas, que falam



Fig. 3 – Grafito com signos da escrita do Sudoeste, segundo Rodrigues *et al.* 2019.

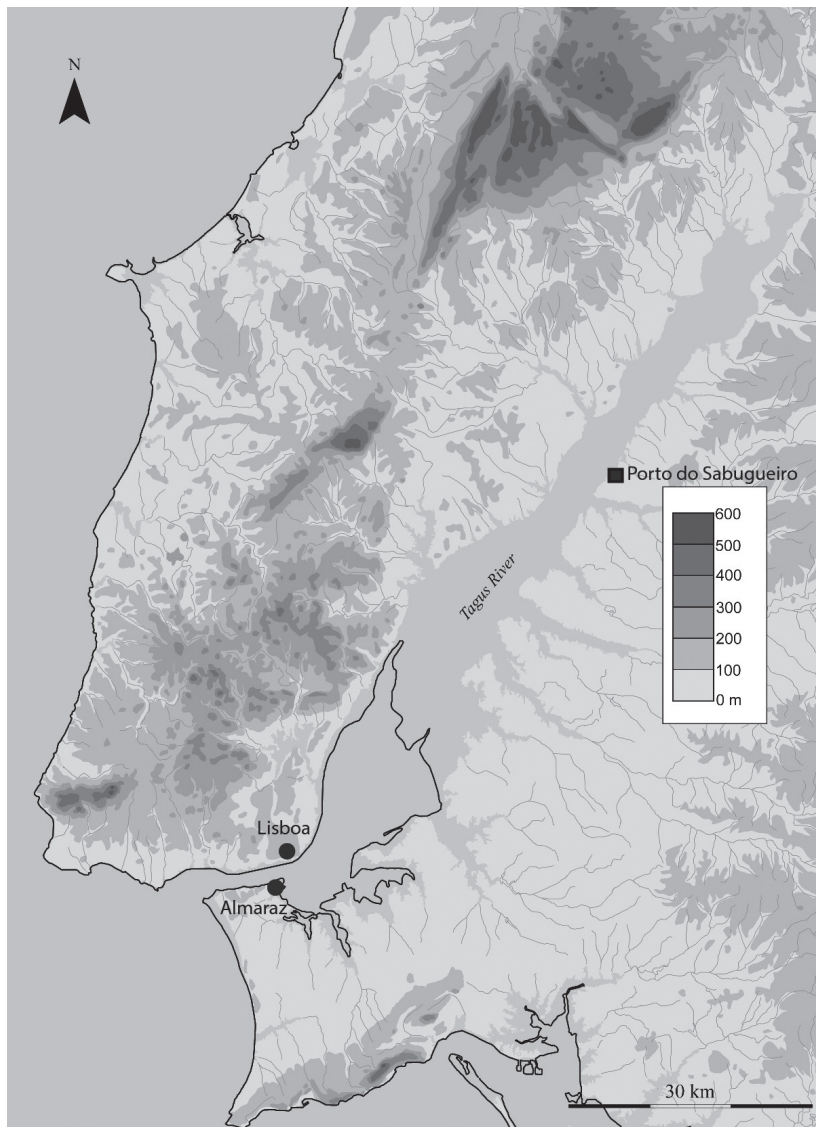


Fig. 4 – Localização dos sítios onde se registam inscrições fenícias (círculos) e do Sudoeste (quadrados).

línguas diferenciadas, uma local (a do Sudoeste) e outra exógena (a fenícia), esse multiculturalismo deve ser assumido sem qualquer preconceito.

Estes dados epigráficos e outros, como os das cerâmicas (manuais e cinzentas), remetem também para os debates teóricos relacionados com o protagonismo das comunidades indígenas no processo de ocupação dos diversos territórios colonizados na Península Ibérica e não só. De facto, parece importante lembrar que esse protagonismo foi evidenciado, ou mesmo talvez exageradamente sobrevalorizado, pelas teorias pós-coloniais, de que as escolas de Barcelona e de Valência são, a nível peninsular, as melhores representantes. Contudo, o papel determinante atribuído a essas comunidades num processo que directamente as envolveu não se distancia, muito pelo contrário, dos modelos processualistas dos anos 80, quando as comunidades indígenas foram resgatadas do lugar secundário para onde as perspectivas histórico-culturalistas, até então dominantes, as tinham atirado.

E se é verdade que algum radicalismo pós-processualista banuiu do discurso conceitos como o de colónia, colonialismo e colonização, também é certo que aos arqueólogos da pós-modernidade ficámos a dever a introdução de outros como o de diversidade, complexidade e inter-culturalidade na análise da expansão fenícia para Ocidente (VAN DOMMELEN 2005). E, de facto, a sua aplicação às realidades peninsulares parece fazer sentido, como os dados arqueológicos evidenciam. O processo foi certamente bastante mais complexo do que as primeiras sínteses dos anos 60 e 70 do século passado deixavam transparecer, até porque certamente cada um dos dois grupos (indígenas e fenícios) era composto por uma considerável diversidade de indivíduos, com expectativas diferenciadas. Por outro lado, os espaços coloniais fenícios da Península Ibérica tendem a manter, desde o primeiro momento, uma relativa autonomia em relação uns aos outros, com as necessárias adaptações a cada um dos territórios que ocupam, diferenciando-se entre si, apesar do muito que partilham.

Ainda assim, parece obrigatório reconhecer que a diversidade é relativa. De facto, há um padrão comum nos grupos fenícios que desenvolveram o processo expansionista, não só ao nível linguístico, como também no que diz respeito à tecnologia, à arquitectura (doméstica e defensiva), à cultura material e aos rituais funerários, que nos permite identificar sítios e materiais, inserindo-os, talvez de forma demasiado redutora, admito, no que chamamos Fenícios. E isto, apesar de, em anos recentes, a designação, bem como, aliás, a de Púnicos, ter sido questionada por autores deconstrutivistas, como Paolo Xella, Nicholas Vella e, de forma mais polémica, por Josephine Quinn, que entendem que as populações, mesmo nos seus lugares de origem, não se reconhece-riam a si próprias como pertencentes a uma comunidade politicamente abrangente.

Como Maria Eugénia Aubet já tinha deixado claro nos finais dos anos 80 do século passado os Fenícios não se chamavam a eles próprios fenícios. Mas, na minha perspectiva, o nome grego que Homero deixou registado para designar as comunidades humanas levantinas é ainda operativo e pode ser utilizado, sem grandes preocupações, tendo, naturalmente presente, que também na fachada sírio-palestina a diversidade seria a norma.

REFERÊNCIAS

- AMARO, C. (1993) – Vestígios materiais orientalizantes do Claustro da Sé de Lisboa. *Estudos Orientais*. Lisboa. 4, p. 183-192.
- ARANCIBIA, A.; GALINDO, J.; JUZGADO, M.; DUMAS, M. & SANCHEZ, V. M. (2011) – Aportaciones de las últimas intervenciones à la arqueologia fenicia de la Bahía de Málaga. In M. ÁLVAREZ AGUILLAR (ed.), *Fenicios en Tartessos: Nuevas perspectivas*. BAR International Series, 2245, Oxford, p. 129-149.
- ARRUDA, A. M. (1999-2000) – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el Centro y Sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*. Barcelona: Universidad Pompeu Fabra (Cuadernos de Arqueología Mediterránea 5-6).
- ARRUDA, A. M. (2013) – Do que falamos quando falamos de Tartesso? In J. ALVAR & J. CAMPOS (Eds.), *Tarteso. El Emporio del Metal*. Huelva: Almuzara, p. 211-222.
- ARRUDA, A. M. (2017) – A Idade do Ferro Orientalizante no Estuário do Tejo: as duas margens do mesmo rio. In SEBASTIAN CELESTINO & ESTHER RODRIGUEZ (Eds.), *Território comparados: los valles del Guadalquivir, el Guadiana y el Tajo em época tartésica*. Madrid: *Anejos del ArchEspArq*, LXXX, p. 283-294.
- AUBET, M. E. (2001) – *The Phoenicians and the West: Politics, Colonies and Trade*. Cambridge.
- BARROS, L.; CARDOSO, J. L. & SABROSA, A. (1993) – Fenícios na margem sul do Tejo. Economia e integração cultural do povoado de Almaraz (Almada). *Estudos Orientais*. Lisboa. 4, p. 143-181.

- BERROCAL RANGEL, L. & SILVA, A. C. (2010) – *O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico no Guadiana*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia (Suplemento, 6 a *O Arqueólogo Português*).
- BIKAI, P. M. (1978) – *The pottery of Tyre*. Warminster.
- BOTTO, M. (Ed.) (2014) – *Los Fenicios en la Bahía de Cádiz: nuevas investigaciones Pisa/Roma*: Collezione di Studi Fenici, 46.
- CALADO, M.; ALMEIDA, L.; LEITÃO, V. & LEITÃO, M. (2013) – Cronologias absolutas para a I Idade do Ferro em *Olisipo*. O exemplo de uma ocupação em ambiente cársico na actual Rua da Judiaria em Alfama. *Cira-Arqueologia*. Vila Franca de Xira, 2, p. 118-132.
- CALADO, M.; PIMENTA, J.; FERNANDES, L. & FILIPE, V. (2013) – Conjuntos cerâmicos da Idade do Ferro do teatro romano de Lisboa: as cerâmicas de engobe vermelho. *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 141-149.
- CALERO, M.; GENER, J.; PAJUELO, J. M.; NAVARRO, M. A.; TORRES, M.; PALOMO, S.; GOMES, C.; ARROYO, E. & WAGNER, C. (2015) – Study of mitochondrial DNA for ancient individuals (VIII B.C. to IV AD) found in Gadir (Cádiz), indicates the possible existence of maternal lineages early Phoenicians and subsequence probable interbreeding with native European population. *Journal of Paleopathology*, 25.
- CARDOSO, J. L. (2004) – *A Baixa Estremadura dos Finais do IV milénio a.C. até à chegada dos romanos: um ensaio de história regional*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras (*Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 12).
- FERNANDES, L.; PIMENTA, J.; CALADO, M. & FILIPE, V. (2013) – Ocupação sidérica na área envolvente do teatro romano de Lisboa: o Pátio do Aljube. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 16, p. 167-185.
- FILIPE, V.; CALADO, M.; FIGUEIREDO, M. & CASTRO, A. (2013) – Intervenção Arqueológica na Rua do Espírito Santo, Castelo (Lisboa). Do romano republicano à época contemporânea: dados preliminares. *Al-Madan*. Almada. Série II, 17, p. 6-12.
- FILIPE, V.; CALADO, M. & LEITÃO, M. (2014) – Evidências orientalizantes na área urbana de Lisboa: o caso dos edifícios na envolvente da Mãe de Água do Chafariz d'El Rei. In ARRUDA, A. M. (ed.), *Fenícios e Púnicos, por Terra e Mar. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*. Lisboa, 2, p. 736-746.
- GARCÍA GONZALEZ, D.; LÓPEZ CHAMIZO & GARCÍA ALFONSO, E. (2019) – *La Tumba del Guerrero: un enterramiento excepcional en la Málaga fenicia del siglo VI a. C.* Málaga.
- GENER BASALLOTE, J. M.; NAVARRO GARCÍA, M. A.; PAJUELO SÁEZ, J. M.; TORRES ORTIZ, M. & LÓPEZ ROSENDO, E. (2014) – Arquitectura y urbanismo de la Gadir fenicia: el yacimiento del “Teatro Cómico” de Cádiz. In Boto, M., ed. - *Los Fenicios en la Bahía de Cádiz: Nuevas investigaciones*. Pisa/Roma: Colezione di Studi Fenici, 46, p. 14- 50.
- GENER BASALLOTE, J. M.; NAVARRO GARCÍA, M.^a DE LOS Á.; PAJUELO SÁEZ, J. M.; TORRES ORTIZ, M. & DOMÍNGUEZ-BELLA, S. (2012) – Las crétulas del siglo VIII a.C. de las excavaciones del solar del Cine Cómico (Cádiz). *Madridier Mitteilungen*. Wiesbaden, 53, p. 134-186.
- GOMES, C.; DÍEZ, S. P. & ARROYO PARDO, E. (2014) – *Estudio del origen biogeográfico a partir do ADN mitocondrial de dieciséis individuos procedentes de Cádiz, España*. Informe genético técnico. Laboratório de genética forense e genética de poblaciones. <http://cefyp.blogspot.com/search?q=ADN>. Madrid: Laboratório de genética forense e genética de poblaciones.
- GÓNZALEZ DE CANALES, F.; SERRANO PICHARDO, L. & LLOMPART GÓMES, J. (2004) – *El emporio fenicio precolonial de Huelva (c. 900-770 a.C.)*. Huelva.

- MARZOLI, D.; LÓPEZ PARDO, F.; SUÁREZ PADILLA, J.; WAGNER, C.; MIELKE, D. P.; LEÓN MARTÍN, C.; RUIZ CABRERO, L.; THIEMEYER, H. & TORRES ORTIZ, M. (2010) – Los inicios del urbanismo em las sociedades autóctonas localizadas em el entorno del estrecho de Gibraltar: investigaciones en los Castillejos de Alcorrín y su territorio (Manilva, Málaga). *Menga, Revista de Prehistoria de Andalucía*, 1, p. 153-183.
- NETO, N.; REBELO, P.; ÁVILA, R.; ROCHA, M.; ZAMORA LÓPEZ, J. A. (2016) – Uma inscrição lapidar fenícia em Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 19, p. 123-128.
- NUÑEZ CALVO, F. (2014) – Tyrian potters and their products: standardization and variation in the pottery of the al-Bass cemetery. In A. KOTSONAS (ed.), *Understanding standardization and variations in Mediterranean ceramics mid 2nd to late 1st millennium BC*. 16th Annual Meeting of the European Association of Archaeologists, (Babesch Supplements, 25), Lovain, p. 59-84.
- PALOMO, S. & ARROYO, E. (2011) – *Estudio del origen étnico a partir del ADN mitocondrial en dos individuos procedentes del solar del antiguo Teatro Cómico*. Informe realizado por el Laboratorio de Genética Forense y Genética de Poblaciones (Departamento de Toxicología y Legislación Sanitaria. Facultad de Medicina de la Universidad Complutense de Madrid). Madrid.
- PIMENTA, J., CALADO, M. & LEITÃO, M. (2005) – Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem n.º 2 da Rua de São João da Praça. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8 (2), p. 313-334.
- PIMENTA, J.; CALADO, M. & LEITÃO, M. (2014) – Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: a intervenção da Rua de São João da Praça. In ARRUDA, A. M. (Ed.), *Fenícios e Púnicos, por Terra e Mar. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*. Lisboa. 2, p. 712-742.
- PIMENTA, J., SILVA, R. & CALADO, M. (2014) – Sobre a ocupação pré-romana de *Olisipo*: a Intervenção Arqueológica Urbana da Rua de São Mamede ao Caldas 1. In ARRUDA A. M. (Ed.), *Fenícios e Púnicos, por Terra e Mar. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*. Lisboa, 2, p. 736-746.
- QUINN, J. (2017) – *In Search of the Phoenicians*. Princeton.
- RODRIGUES, M.; PIMENTA, J.; SOUSA, E.; MENDES, H. & ARRUDA, A. M. (2019) – A cerâmica cinzenta de Porto de Sabugueiro (Salvaterra de Magos, Portugal). *Cira*. Vila Franca de Xira 7 (n.p.).
- SÁNCHEZ MORENO V., GALINDO L., JUZGADO M. & DUMAS M. (2011) – El asentamiento fenicio de La Rebanadilla a finales del siglo IX a.C. In E. GARCÍA ALFONSO (Ed.), *Diez años de arqueología fenicia en la provincia de Málaga (2001-2010)*, Málaga: p. 67-75.
- SCHUBART, H. (2006) – *Morro de Mezquitilla. El asentamiento fenicio-punico en la desembocadura del rio Algarrobo*. Málaga: *Anejos de Mainaké*.
- SCHUBART, H. & MAASS-LINDEMANN, G. (2018) – Morro de Mezquitilla. Die phönizisch-punische Niederlassung an der Algarrobo-Mündung. Wiesbaden. (Madrider Beiträge, 33).
- SOUSA, E. & GUERRA, S. (2018) – A presença fenícia em Lisboa: novos vestígios descobertos no alto da Colina do Castelo de São Jorge. *Saguntum*. Valencia. 50, p. 57-88.
- SOUSA, E. & PINTO, M. (2016) – A ocupação da Idade do Ferro na colina do Castelo de São Jorge (Lisboa, Portugal): novos dados das escavações realizadas na Rua do Recolhimento/Beco do Leão. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa. 11, p. 59-67.
- SOUSA, E.; SARRAZOLA, A. & SIMÃO, I. (2016) – Lisboa pré-romana: contributos das intervenções arqueológicas na Rua da Madalena. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa. 11, p. 69-79.

- VAN DOMMELEN, P. (2005) – Colonial interactions and hybrid practices. Phoenician and Carthaginian settlement in the ancient Mediterranean. In G. J. STEIN (Ed.), *The Archaeology of Colonial Encounters. Comparative Perspectives*. Santa Fe, p. 109-41.
- VELLA, N. (2014) – The invention of the Phoenicians: on object definition, decontextualization and display. In J. QUINN & N. VELLA (Eds.), *The Punic Mediterranean. Identities and Identification from Phoenician Settlement to Roman Rule*. Cambridge, p. 24-41.
- XELLA, P. (2014) – «Origini» e «identità». Riflessioni sul caso dei Fenici.” *Mélanges de l'École française de Rome – Antiquité*. 126 (2), p. 1-13.
- ZAMORA LOPEZ, J. A.; GENER BASALLOTE, J. M; NAVARRO GARCÍA; M. A.; PAJUELO SÁEZ, J. M. & TORRES ORTIZ, M. (2010) – Epígrafes fenicios arcaicos en la excavación del Teatro Cómico de Cádiz (2006-2010), *Rivista di Studi Fenici*. 38 (2), p. 203-236.
- ZAMORA LÓPEZ, J. A. (2014) – Palabras fluidas en el extremo Occidente. Sobre un nuevo grafito fenicio, hallado en la desembocadura del Tajo, que recoge un posible topónimo local. In P. BÁDENAS DE LA PEÑA; P. CABRERA BONET; M. MORENO CONDE; A. RUIZ RODRÍGUEZ; C. SÁNCHEZ FERNÁNDEZ & T. TORTOSA ROCAMORA (Eds.), *Homenaje a Ricardo Olmos: Per speculum in aenigmate*. Madrid, p.306-314.